

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA**  
**LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS COM**  
**HABILITAÇÃO EM HISTÓRIA**

**ESTEFÂNIO MONTEIRO SILVA**

**EMPODERAMENTO FEMININO E A (NÃO) PRESENÇA DA MULHER NO**  
**AMBIENTE POLÍTICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CODÓ-MA.**

**CODÓ-MA**

**2023**

ESTEFÂNIO MONTEIRO SILVA

**EMPODERAMENTO FEMININO E A (NÃO) PRESENÇA DA MULHER NO  
AMBIENTE POLÍTICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CODÓ-MA.**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas – História, da Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências de Codó, como requisito obrigatório para obtenção do grau de Licenciatura em Ciências Humanas com habilitação em História.

Orientadora: Profa. Dra. Jascira da Silva Lima

CODÓ-MA

2023

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

SILVA, ESTEFÂNIO MONTEIRO.

EMPODERAMENTO FEMININO E A NÃO PRESENÇA DA MULHER NO  
AMBIENTE POLITICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CODO-MA /  
ESTEFÂNIO MONTEIRO SILVA. - 2023.

53 f.

Orientador(a): JASCIRA DA SILVA LIMA.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas -  
História, Universidade Federal do Maranhão, CODO, 2023.

1. CÂMARA MUNICIPAL. 2. EMPODERAMENTO FEMININO. 3.  
FEMINISMO. 4. REVOLUÇÃO FRANCESA. I. DA SILVA LIMA,  
JASCIRA. II. Título.

ESTEFÂNIO MONTEIRO SILVA

**EMPODERAMENTO FEMININO E A (NÃO) PRESENÇA DA MULHER NO  
AMBIENTE POLÍTICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CODÓ-MA.**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas – História, da Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências de Codó, como requisito obrigatório para obtenção do grau de Licenciatura em Ciências Humanas com habilitação em História.

Orientadora: Prof. Dr. Jascira da Silva Lima.

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Jascira da Silva Lima – UFMA/CCCO  
(Orientadora)

---

Profa. Dra. Edyene Moraes dos Santos – UFMA/CCCO  
(Examinadora 01)

---

Dr. José Carlos Aragão Silva – UFMA/CCCO  
(Examinador 02)

A todos os meus amigos e parentes, em especial a minha esposa Valdiane e meus dois filhos Rebeca e Asafe, que me incentivaram nessa jornada e me deram apoio para continuar lutando por esse sonho.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço em primeiro lugar a Deus, a quem devo minha vida e minha existência. A minha esposa e companheira de todas as horas Valdiane da Cruz Oliveira, aos meus dois filhos, Narah Rebeca Oliveira Silva e Nicolas Asafe Oliveira Silva os quais são meus tesouros e motivação para seguir em frente.

Agradeço ainda aos meus pais, Antônio Simão Monteiro Silva e Maria Aldenora da Silva, os quais estiveram sempre do meu lado e sempre me motivaram, e não desistiram de mim, que durante toda a minha infância meu pai trabalhava na roça e minha nos campos quebrando coco babaçu para poder sustentar a família.

Agradeço também a minha professora orientadora Dra. Jascira da Silva Lima pela paciência e conhecimentos transmitidos não somente no tempo de orientação, mais também nas aulas ministradas durante o curso, e a todos os meus amigos da Turma 2015.2, que durante os quatros anos que estivemos juntos, vivemos experiências maravilhosas, as quais ficaram eternizadas em nossa memorias.

E por fim agradeço a Universidade Federal do Maranhão, assim como todo o corpo docente desta instituição que nos auxiliou neste processo tão importante na nossa vida.

“A esperança tem duas filhas lindas, a indignação e a coragem; a indignação nos ensina a não aceitar as coisas como estão; a coragem, a muda-las”.  
Santo Agostinho (354-430)

## RESUMO

Este estudo tem como objetivo fazer análise do empoderamento feminino a partir da presença da mulher no ambiente da Câmara Municipal de Codó. A pesquisa considera elementos do contexto histórico desde a Revolução Francesa, do século XVIII, até elementos do contexto social brasileiro na contemporaneidade, onde destacamos a forte participação das mulheres. Em termos metodológicos, partimos da experiência pessoal como comissionado nesta mesma instituição, somado a leitura de fontes bibliográficas e análises de documentos e arquivos dos anais desta casa legislativa, trabalhamos com autores como Tania Machado Morin (2009), Maria Amélia Teles (1999, 2014), Joice Berth (2019) e Charliane Santos do Vale (2017) dentre outros, os quais abordaram esta temática em suas pesquisas. Das conclusões às quais chegamos podemos destacar o cerceamento das mulheres na ocupação de cargos públicos de poder.

**PALAVRAS-CHAVE:** Câmara Municipal, Empoderamento Feminino, Revolução Francesa, Feminismo.



## **ABSTRACT**

This research aims to analyze the presence of women in the environment of the Codo City Council, approaching a historical context as well as making contemporary observations, in this perspective, we try to show the struggles of women to conquer their space in society, making a approach from the eighteenth century in the French Revolution, where a woman played a very important role during the Revolution. In this research, we will also make a brief historical analysis of the struggle of women to conquer their rights in Brazil and finally, we will approach the participation of women in the environment of the Municipality of Codó, listing a historical research through documents and observations through the experience in the In the field of research, in terms of methodology, we started the research from the reading of bibliographic sources and aliases of archival documents from the annals of the Codó City Council, obtained with authors such as Tania Machado Morin (2009), Maria Amelia Teles (1999, 2014) Joice Berth (2019) and Charliane Santos do Vale (2017), among them others, who addressed this issue in their research. From the conclusions reached, we can highlight the restriction of women in occupying public positions of power.

Keywords: City Council, female empowerment, French Revolution, feminism

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

01- Mulheres marchando na linha de frente contra a Ditadura .....	19
02- Mulheres trabalhando em uma fábrica.....	23
03- Mapa dos Clube das Mulheres na Franca Século XVIII.....	29
04- Lobby do Baton.....	40
05- Evolução da bancada feminina no Congresso Nacional.....	43
06- Câmara Municipal de Codó.....	45

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

- 1 IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- 2 DOI-CODI - Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna
- 3 DEM - Democratas
- 4 PSD - Partido Social Democrático
- 5 PDT - Partido Democrático Trabalhista
- 6 PV - Partido Verde
- 7 REDE - Rede Sustentabilidade
- 8 OIT - Organização Internacional do Trabalho

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	13
<b>1 HISTÓRIAS DE LUTAS E ORGANIZAÇÕES DE MULHERES NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE PODER.....</b>	<b>16</b>
1.1. Breve história da luta das mulheres no Brasil .....	16
1.2. Elementos históricos para refletir sobre a luta e organização das mulheres a partir da experiência francesa e brasileira .....	22
<b>2 O EMPODERAMENTO DAS MULHERES NO TRABALHO E NA POLÍTICA .</b>	<b>34</b>
2.1. O Empoderamento Feminino .....	34
2.2. A independência financeira como enfrentamento a subordinação da mulher .....	39
2.3. As conquistas e o empoderamento das mulheres no campo da política .	42
<b>3 AS MULHERES NO AMBIENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CODÓ .....</b>	<b>44</b>
3.1. As mulheres na Câmara Municipal de Codó .....	44
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>51</b>
<b>5. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>52</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema o empoderamento feminino e a (não) presença da mulher no ambiente político da Câmara Municipal de Codó, retrata a convivência das mulheres no ambiente da Câmara Municipal de Codó Maranhão. O estudo tem como objetivo principal produzir novos conhecimentos sobre a luta das mulheres por seus direitos no ambiente político, analisando as formas de inserção das mulheres na Câmara Municipal de Codó, nas últimas três legislaturas. Os objetivos específicos são identificar quantas e quais funções são desenvolvidas, ou desempenhadas pelas mulheres na Câmara dos Vereadores de Codó no período referido. Detectar os fatores que interferem, e/ou influenciam nas formas como as mulheres são posicionadas nas diferentes funções dentro da instituição, além de observar e descrever os posicionamentos das mulheres no exercício de suas funções dentro deste espaço de poder.

Esta pesquisa é importante, pois se trata de um tema em ascensão em contextos contemporâneos, onde as mulheres vem conquistando espaços de visibilidade e poder, afetando assim diferentes camadas sociais.

No Brasil, o movimento feminista surge também com o sufrágio feminino, a primeira onda do movimento feminista chega ao Brasil no início do século XX, as sufragistas lutavam pelo direito ao voto e pela sua cidadania. (MARQUES, 2018. p.9) Desde então as mulheres começaram a conquistar o seu espaço, e lutar pelos seus direitos. Dentre as reivindicações dessas mulheres estava a educação, pois desejavam a independência intelectual.

Na contemporaneidade encontramos mulheres assumindo funções de destaque na política brasileira, no entanto na Câmara Municipal de Codó, as mulheres ainda continuam assumindo posições que reforçam o preconceito e o machismo sofrido por elas, que compõem o quadro efetivo desse espaço. Portanto refletimos sobre os seguintes questionamentos: Por que as mulheres dificilmente assumem cargos de grande relevância na Câmara Municipal de Codó? Por que sempre estão na copa ou servindo cafezinho para os vereadores e plateia? Quantas e quais foram às mulheres que ocuparam cargo de vereadora nas três últimas legislaturas, e qual a importância da participação feminina para o desenvolvimento da Câmara Municipal de Codó?

Tenho como motivação fundamental para realização desta pesquisa a vivência que tive com meus pais, pois observando desde criança percebi o papel de total submissão que minha mãe tinha em relação ao meu pai, pois na hora do almoço ou da janta ela sempre servia a todos, para depois se servir. A partir desta observação aguçada pelos conhecimentos adquiridos em sala de aula, me veio o desejo de pesquisar sobre a trajetória de luta das mulheres para mudar esse tipo de condição social.

Teixeira, (2019, p. 414) define o feminismo com um movimento de contestação para a construção de uma justiça social para as mulheres. Isso quer dizer que o feminismo clama por mudanças nas ordens sociais, com o objetivo de rejeitar todas as formas de dominação (CRUZ, 2007 apud TEIXERA, 2019, p. 414).

Nesta perspectiva buscamos adquirir conhecimentos acerca da temática, baseado em estudos científicos sobre a história de luta das mulheres por espaço na sociedade.

Nessa pesquisa foi usado método qualitativo, que é importante pois conforme Silveira e Peixoto, (2009) é o método que não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria.

Para identificação das atividades e funções desempenhadas por mulheres na Câmara Municipal de Codó fizemos uso da técnica de análise documental, a qual é muito importante pois segundo Lüdke e André (1986), a pesquisa documental é um procedimento metodológico decisivo em ciências humanas e sociais porque a maior parte das fontes escritas – ou não – são quase sempre a base do trabalho de investigação, afirmam ainda que: dependendo do objeto de estudo e dos objetivos da pesquisa, a pesquisa documental, pode se caracterizar como principal caminho de concretização da investigação ou se constituir como instrumento metodológico complementar. A técnica da análise documental, entendida como uma série de operações, visa estudar e analisar um ou vários documentos na busca de identificar informações factuais nos mesmos; descobrir as circunstâncias sociais, econômicas e

ecológicas com as quais podem estar relacionados, atendo-se sempre às questões de interesse da pesquisa a ser desenvolvida.

Com relação ao acesso as informações no campo empírico na Câmara Municipal enfrentamos dificuldades, devido à falta de material que preservasse a memória da instituição em legislaturas passadas. A disputa política entre dois vereadores pela Mesa Diretora do Parlamento Municipal de Codó em 2019 se tornou uma briga judicial, a qual culminou em busca e apreensão de documento por parte do Ministério Público. Um dos vereadores envolvidos, temendo o pior, destruiu todos os documentos, inviabilizando assim uma pesquisa mais aprofundada.

Através da pesquisa bibliográfica fizemos o resgate histórico de trabalhos acadêmicos que registram a participação das mulheres neste espaço público de poder. As análises e as problematizações teóricas foram feitas tomando como referência os estudos sobre feminismo e a luta das mulheres por espaços na sociedade, desde a Revolução Francesa no Século XVIII.

O trabalho está organizado dentro da seguinte estrutura: no primeiro capítulo falo sobre as mulheres nos espaços públicos de poder, fazendo uma abordagem da luta das mulheres a partir da Revolução Francesa no Século XVIII, abordando também uma breve história do feminismo no Brasil e concluindo este capítulo falando sobre o empoderamento feminino. No capítulo seguinte faremos uma abordagem, sobre a luta e organização das mulheres por representatividade no trabalho e na política.

No capítulo três farei uma abordagem sobre as mulheres na Câmara Municipal de Codó; entre a realidade e os enfrentamentos contra a subordinação do gênero. Ao final seguem nossas considerações finais.

## **1. HISTÓRIAS DE LUTAS E ORGANIZAÇÕES DE MULHERES NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE PODER**

Começamos a estudar feminismo a partir da Revolução Francesa, pois percebemos através do seu contexto histórico que a mesma foi referência para o surgimento deste movimento. Percebe-se que as ideias da sociedade do século XVIII sobre as mulheres continua perdurando até hoje nas sociedades contemporâneas, no sentido de manter as mulheres, como dona de casa.

### **1.1. Breve história da luta das mulheres no Brasil**

Conforme Soares (1994) a presença das mulheres na cena social brasileira iniciou no segundo quadrante do século XX, e o “movimento operário que se organizou nos anos 70 é seguramente o ato mais importante neste cenário”, nesse sentido percebe-se que “as mulheres estiveram presentes nas lutas democrática e, simultaneamente, mostraram e tem demonstrado que diversos setores se inserem diferenciadamente de acordo com as contradições dos setores em que está inserido” (Soares, 1994, p. 12).

Mesmo com constante acesso das mulheres ao mundo do trabalho, desde os crescentes processos industriais advindos com a nova modernização em fins do século XIX, não se estabeleceu a igualdade entre os sexos. As relações de dominação entre homens e mulheres, configuradas pelos espaços restritos a ambos, foi um dos fatores centrais para a teoria feminista, que buscou entender as diferenças entre homem e mulher, baseadas na natureza da diferença dos sexos. (SANTOS, 2017 p.20).

A partir das reflexões e posturas assumidas por essas mulheres que conseguiam enxergar nas lutas, uma forma de serem ouvidas na sociedade para que enfim, pudessem garantir sua emancipação. E para tal, a vida pública seria um viés para consolidação de um direito de exercer sua cidadania, ou seja, os novos espaços de socialização possibilitaram romper as barreias do privado. (SANTOS, p. 21, 2017)

No território que hoje conhecemos como Brasil por volta de 1.500, as mulheres nativas viviam uma vida muito simples, as aldeias eram diferentes umas das outras quanto ao papel social das mulheres, ou seja, as mulheres teriam papéis diferente de



acordo com as regras sociais de cada tribo. Maria Amélia de Almeida Teles<sup>1</sup> em sua obra *Breve história do feminismo no Brasil* (1993) afirma que “em algumas tribos as mulheres possuíam moradia e áreas de cultivos, mas em outras tribos as propriedades e as áreas de cultivo eram dos homens”, porém, o que todas as tribos tinham em comum era o cuidado com os filhos, sendo que era papel de todos auxiliar as mulheres que estavam grávidas.

Nesta perspectiva podemos afirmar que as mulheres nativas tinham o seu valor. Maria Amélia de Almeida Teles (1993) diz ainda que com a chegada dos portugueses, e a intenção dos jesuítas de tornarem os nativos “criaturas racionais”, foi fácil para os colonizadores se apropriarem da capacidade reprodutora da mulher indígena.

No Brasil Colônia várias mulheres, de condições sociais diferentes, se destacaram de tal forma que chegou a incomodar os colonizadores, que em contrapartida espalhavam boatos acusando-as de loucura e prostituição para descredibilizar estas mulheres. É destacável também a participação feminina em alguns conflitos, Teles (1999) afirma que:

Durante a invasão dos holandeses ao Brasil, no século XVII, as mulheres tiveram de se defender sozinhas, na região de Tijucopapo. Como expediente de jogar água fervendo encosta abaixo, puseram os holandeses em fuga. Uma delas, Maria Ortiz, morava na Ladeira do Pelourinho. A índia Clara Camarão, nessa campanha contra os holandeses, empunhou armas juntamente com o marido. Em Salvador, na hora do almoço, enquanto os homens comiam, as mulheres baianas lutavam contra os holandeses. Os europeus diziam: "O baiano ao meio dia vira mulher". (TELES, 1999. p. 24)

Teles (1999) afirma ainda que durante as revoltas iniciadas no final do século XVIII, que defendiam a independência do Brasil, teve participação importante das mulheres.

---

<sup>1</sup> Maria Amélia de Almeida Teles mais conhecida como Amelinha Teles é uma jornalista, escritora e ativista pelos direitos humanos brasileira. Foi militante do Partido Comunista do Brasil contra a Ditadura Militar, o que a fez ser presa e torturada pelo DOI-Codi, que era o Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna foi um órgão subordinado ao Exército, de inteligência e repressão do governo brasileiro durante a ditadura que se seguiu ao golpe militar de 1964.

No final do século XVIII, movimentos foram organizados com o propósito de tornar o Brasil independente de Portugal. Na Inconfidência Mineira (1789), Bárbara Heliodora, poetisa, além de encorajar o marido a participar do movimento, impediu que ele denunciasse os companheiros. Na Conjuração Baiana, constam os nomes de quatro mulheres pardas, três solteiras e uma casada, que chegaram a ser presas em 1798. Os baianos se propunham a separar a região de Portugal, estabelecendo uma república e acabando com a escravidão. [...] Maria Quitéria nasceu no sertão baiano em 1792. Fugiu de casa, vestiu-se de homem e alistou-se para combater as tropas portuguesas. Lutou tão bem que atingiu o posto de cadete. Terminada a campanha, recebeu de Dom Pedro I a insígnia dos Cavaleiros da Imperial Ordem do Cruzeiro. (TELES, 1999. p. 25)

Através destes e de muito outros registros na história e na memória do povo brasileiro percebe-se a importância da mulher na construção do país, ela mostrou-se capaz de ir à guerra para notar-se capaz, e defender seus direitos de existir. Portanto, no Brasil não foi diferente da França, e de tantas outras experiências no mundo. Quando as mulheres francesas no período revolucionário do Século XVIII, lutaram bravamente contra a opressão do homem e a prevalência do sexo masculino; por aqui, a luta começa a partir da chegada dos portugueses no Continente, ou seja, antes mesmo desse território ser conhecido como Brasil. (Teles, 1999)

Nas Décadas de 1960 e 1970, em contexto de Ditadura Militar, Teles (1999) afirma que duas mulheres, Carmem da Silva e Betty Friedan feminista americana, se destacaram na opinião pública; Carmem por publicar artigos que defendiam a causa feminina na revista *Cláudia*; e Betty Friedan por lançar no Brasil um livro intitulado "A Mística Feminina", que causou grande repercussão nos meios de comunicação, por defender direitos igualitários para as mulheres e homens. Nos trabalhos de Carmen da Silva, ao abordar problemas do cotidiano da mulher da classe média, questionava o comportamento tradicional da mulher: "Deve a recém-casada trabalhar?", "Trabalhar para não ser bibelô. "A conquista de um lugar ao sol", "Independência" e "Amor" eram temas por ela abordados em textos que procuravam orientar as mulheres em direção à autonomia. (Teles, 1999).

Ainda na metade da década de 60 e durante a década de 70, em plena Ditadura Militar, as mulheres se destacaram, quando ao lado dos universitários foram às ruas protestar por causa da violência policial contra seus filhos; vale a pena ressaltar que o golpe militar que derrubou o então presidente eleito João Goulart, teve grande participação das mulheres, pois os golpistas precisavam do apoio das massas para concretizar o golpe, então recorreram às mulheres. Com pretexto de vencerem

o comunismo incitaram as massas femininas, assim surgiu as “marchadeiras” que levou mais de 500 mil pessoas para as ruas de São Paulo na famosa Marcha com Deus pela Família; Teles (1999) ressalta que as mulheres progressistas ainda não estavam organizadas de maneira autônoma e consciente na defesa das conquistas populares e também dos seus direitos, sendo assim, as forças reacionárias e conservadoras aproveitaram-se dessa condição de alienação das mulheres e não tiveram dificuldades nessa manipulação.

Nesta perspectiva Teles (2014), narra com muita perspicácia em seu artigo O protagonismo das mulheres na luta contra a ditadura militar, como as “marchadeiras” foram manipuladas pela força mais conservadora.

Estas manifestações de mulheres manipuladas pelas forças mais conservadoras e retrógradas se realizaram em ações denominadas: “Marcha com Deus Pela Família e Pela Liberdade”, em Minas Gerais, e São Paulo, por ter ocorrido antes do golpe, no dia 19 de março de 1964. No Rio, ficou com o nome de “Marcha da Vitória”, por ter sido realizada no dia 2 de abril daquele ano, logo depois do golpe militar. Ao todo, foram realizadas 49 manifestações deste tipo, em todo o país, constituídas majoritariamente de mulheres. Uso a expressão “manipuladas”, porque entendo que esta quantidade de gente que foi para as ruas, o fez de forma enganada, foi dominada por uma falsa propaganda de que havia o perigo vermelho ou o perigo comunista. Assim forjou-se uma ameaça de caos, o que levou às Marchas, principalmente a grande quantidade de mulheres pobres, negras e das periferias [...] As mulheres que organizaram as massas femininas eram de classe média, brancas em sua maioria, donas de casa, esposas de militares e de empresários, e fervorosas católicas. No entanto, aquelas que formaram o grande contingente de mulheres eram pobres, empregadas domésticas, moradoras das periferias. Foram enganadas pelo discurso religioso, anticomunista e pelo medo dos ateus. (TELES,1999. p. 10,11)

Após o golpe militar entra em cena a mulher progressista, que vê suas liberdades sendo restringida pela força militar, Teles (2014) afirma que as mulheres foram alvo sistemático de violações sexuais. A prática de estupros e abortamentos forçados foi corriqueira, nas sessões de tortura, quando se tratou de repressão política violenta contra as militantes de esquerda. Mulheres e homens eram forçados a se despir frente aos torturadores e se não o fizessem, suas roupas eram arrancadas violentamente e até rasgadas. Em muitos casos, foram colocados fios elétricos na vagina e no ânus. Outras sofreram abortamento forçado devido a chutes na barriga ou foram colocadas em “cadeiras do dragão”, levando choques elétricos na vagina, na barriga, nos seios, na cabeça. Houve aquelas que tiveram seus bebês nos DOI-

CODIs. Algumas foram assassinadas grávidas como foram os casos de Soledad Barret Viedma (1945-1973) e de Dinalva de Oliveira Teixeira (1945 – 1974). Outras tiveram seus bebês em cativeiros e não se sabe quase nada a respeito do destino dessas crianças.

A violência policial, o ataque à liberdade e outros fatores levaram as mulheres para a rua, agora sim, defendendo os seus direitos e sua liberdade. O movimento pela anistia reuniu várias mulheres que tiveram a ideia de criar jornais periódicos feminista, um destes jornais teve a primeira edição publicada em 1975, voltado exclusivamente para o público feminino, promovendo assim, maior organização; Teles (2014) diz que os “jornais aglutinavam coletivos de mulheres voltados para as questões vividas por operárias, negras, faveladas ou moradoras das periferias, trabalhadoras das áreas urbanas e rurais. Nascia assim um feminismo preocupado, prioritariamente, com as mulheres populares das cidades e dos campos”. Outro fato que contribuiu para a organização dos movimentos feminista contra a ditadura militar foi a adesão dessas mulheres (operárias, negras e rurais) ao movimento de esquerda no Brasil. Na foto abaixo temos, Eva Todor é a primeira à esquerda, seguida por Tônia Carrero, Eva Wilma, Leila Diniz, Odete Lara e Norma Bengell.

Mulheres marchando a linha de frente contra a Ditadura Militar



Fonte: Imagem da internet. [www.hypeness.com.br](http://www.hypeness.com.br) 08/10/2021

Na imagem acima, as mulheres estão marchando na linha de frente, contra a força letal da ditadura, tornando assim visível o sentimento de garra, que não lhes permitiam temer, nem mesmo as ameaças de prisão e torturas.

Com adesão das mulheres mais empobrecidas aos protestos, houve maior visibilidade, no sentido de despertar a sociedade brasileira, para as atrocidades cometidas pela ditadura militar, despertando assim o sentimento de mudança no comando do poder.

Essa adesão em massa das mulheres da periferia ficou bem evidente principalmente em São Paulo, pois ali começa haver uma grande aproximação do ideário feminista europeu, especialmente da francês, através de reuniões de politização das mulheres nas periferias, principalmente em Club de mães.

A partir dos primeiros anos da década de 70, mulheres da periferia, principalmente em São Paulo, não se resignaram mais a ficar silenciosas diante da situação. Grupos de mães e donas de casa, organizadas em clubes de mães, associações ou sociedades de amigos de bairro, começaram a se movimentar, por meio de abaixo-assinados e questionários, junto aos moradores de seus bairros, para levantar seus principais problemas e decidir juntos como encaminhá-los, suas primeiras preocupações foram manifestadas em cartas públicas, lidas primeiramente em algumas paróquias, durante as missas de domingo. Falavam do custo de vida, dos baixos salários e da creche. Esses grupos de mães chegaram a ir até algumas autoridades para exigir as soluções necessárias. Foram mal recebidas e muitas vezes policiais desfaçados circulavam pelos bairros onde elas moravam. (TELES, 1993. p. 75).

Embora reconheçamos as conquistas das mulheres ao longo da história, que avançou em direitos políticos e sociais, como o direito ao voto e o direito a assistência social do Estado, a luta das mulheres continua, em outros contextos históricos e com problemas diferentes, pois, ainda está relacionada há questões de existência, de alcançar direitos igualitários na sociedade contemporânea, que culturalmente beneficia os homens em detrimento das mulheres.

## **1.2 Elementos históricos para refletir sobre a luta e organização das mulheres a partir da experiência francesa e brasileira**

Para compreendermos o movimento feminista precisamos entender o histórico de opressão vivido pelas mulheres no decorrer dos séculos, pois se trata de primeira forma de opressão registrada na história. Nesta perspectiva COSTA e SARDENBERG (2008) falam que existe um contraste entre o surgimento da opressão contra as mulheres e o surgimento dos movimentos feministas, pois enquanto o histórico de opressão é milenar o movimento engajado pela causa feminista surgiu há poucas décadas.

Uma consequência do longo processo de conscientização da mulher quanto à sua situação de subordinada, do surgimento e ampliação do feminismo entre nós e, sobretudo, das muitas questões que têm sido levantadas ao longo de todo o processo. Trata-se, assim, de um momento de reflexão (autorreflexão?), no qual é certamente difícil separarmos nosso cotidiano enquanto mulheres da nossa vivência no feminismo contemporâneo [...] (COSTA, SARDENBERG 2008, p. 23).

A luta contra a subordinação das mulheres é portanto um grande desafio, pois se trata do combate contra todo o sistema patriarcal que por muito tempo privou as mulheres de sua liberdade, impondo assim uma cultura machista de inferiorização das mulheres. Neste sentido, ainda segundo Ana Alice A. Costa e Cecília Maria B. Sardenberg (2008) torna-se mais difícil a luta contra a subordinação feminina devida sua universalidade histórica e pelo fato de suas muitas formas de se manifestar, mesmo em mulheres com condições histórico-sociais semelhantes, o que impossibilita uma ampla conscientização, visto que, apesar de terem traços estritamente pessoais, sua fundamentação é globalizada historicamente através do patriarcalismo.

Conforme Bruna Camilo de Souza Lima e Silva (2019) o patriarcado é poder político, ou melhor, uma forma de poder enraizada e estruturada de maneira que homens tomem posse dos corpos femininos. É, principalmente, poder político que restringe as liberdades e direitos das mulheres.

Esta expressão de liberdade da mulher, e/ou esse desejo de ampliar o seu papel na sociedade vai se evidenciar na Europa, sobretudo no século XVIII, principalmente na Inglaterra e França. Na Inglaterra por causa do capitalismo, que se baseava em uma larga linha produção, descaracterizando assim a família, que a partir de então deixa de ter caráter de unidade produtiva, promovendo a possibilidade às

mulheres de exercerem funções que vai além do ambiente familiar, porém, o que parecia ser uma conquista por parte das mulheres, a burguesia dominante ávida por grandes lucros vai usar isso como forma de subjugar as mulheres. Ana Alice A. Costa e Cecília Maria B. Sardenberg (2008) afirmam que as mulheres eram,

Oprimidas, exploradas, às mulheres será longamente negado o direito à sindicalização, o acesso à proteção das leis trabalhistas que garantiam o salário, o limite da jornada e as mesmas condições de trabalho dos homens, além do direito à cidadania (COSTA, SARDENBERG. p. 25).

Nesta perspectiva, percebe-se que as mulheres ávidas por se libertarem do patriarcado, acaba por se tornarem presas fáceis da burguesia capitalista, como ilustra a imagem abaixo.

**Foto:** Mulheres trabalhando em uma fábrica



**Fonte:** <https://www.esquerdadiario.com.br> . Acesso em 10/07/2023.

Na França, por exemplo, apesar do movimento feminista ter base nos ideais liberais da Revolução Francesa de 1789, neste período não houve muito que comemorar, pois o “égalité, liberté, fraternité” não dizia nada sobre as mulheres. Apesar do discurso da Revolução falar de igualdade para todos, na prática estava muito longe disso,

Por um lado, suas raízes se atrelam aos ideais liberais de igualdade, trazidas pela revolução democrática burguesa, que teve seu auge na Revolução Francesa de 1789. Principalmente porque se trata de um conceito limitado de igualdade, ou seja, uma “égalité, liberté, fraternité” que, apesar de clamada para todos, na prática vai-se instaurar só entre as classes dominantes e, como bem estabelece a “Declaração dos Direitos do Homem”, já no título, só entre os homens. Para as

mulheres, permanece a “Ménagier de Paris” (1498). Para as filhas e esposas dessa burguesia ascendente, igualdade e fraternidade só entre si. Liberdade, só entre os muros do espaço doméstico e, mesmo assim, vigiada. Direitos? Os de boa filha, boa esposa, boa mãe. Não é ao azar que a autoconsciência e a rebeldia das mulheres surgem, inicialmente, entre mulheres de classes médias e nos países mais avançados. (COSTA, SARDENBERG, 2008. p. 24).

Percebe-se que a Revolução Francesa através das ideias iluministas foi fundamental para despertar os sentimentos das mulheres à causa feminina, promovendo o despertar de consciência de subordinação, através da qual surgiu o sentimento de “rebeldia” que lhes incentivaram a lutar pelos seus direitos.

Na Revista do Arquivo Nacional 1989, citando Mary Del Priore <sup>2</sup>afirma que devemos notar que ao longo do século XVIII as classes subalternas movimentavam-se pela primeira vez dentro de substancial atividade política, familiarizando-se com o que consideravam seus direitos, abrindo assim um espaço para que as mulheres se incluíssem no escopo dos debates mais candentes.

Tania Machado Morin (2009), em sua tese com o tema Práticas e Representações das mulheres na Revolução Francesa (1789 – 1795), afirma que o Rei Luís XVI convocou todos os franceses a enviarem seus Cahiers de Doléances (Cadernos de Queixas), com o objetivo de saber a opinião do povo francês, porém as mulheres ficaram de fora dessa convocação, mesmo assim, centenas de mulheres enviavam cartas e panfletos endereçados ao Rei Luís XVI e aos deputados dos Estados Gerais, expressando suas queixas e aspirações.

As mulheres, no entanto, não foram consultadas nesse grande testemunho coletivo, exceto as que eram membros de algumas guildas, como as floristas e modistas de Paris. Mesmo assim, algumas resolveram se manifestar escrevendo – e publicando - suas queixas em cartas, petições, e brochuras dirigidas ao Rei e aos Estados

---

<sup>2</sup> Autora de mais de 50 livros sobre a História do Brasil, Mary Del Priore é uma das maiores historiadoras brasileiras. Especialista em História do Brasil, Mary Del Priore concluiu o doutorado em História Social na Universidade de São Paulo e pós-doutorado na Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, na França. Lecionou História em várias universidades brasileiras, tais como a Universidade de São Paulo, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, e a Universidade Salgado de Oliveira. É colaboradora de periódicos nacionais e internacionais, científicos ou não



Gerais. O espírito das Luzes permeava esses escritos: a maioria pede mais educação, mais esclarecimento, e até oportunidade de trabalho, além de demonstrar aguda percepção da situação política. E quase todas as cartas se referem à necessidade de moral e bons costumes (moeurs) para reformar a sociedade (MORIN, 2009, p. 25-26).

Estas cartas eram de mulheres de todas as camadas sociais e os pedidos são de uma atualidade admirável, principalmente os relacionados à educação para as mulheres. Tania Machado Morin (2009) cita ainda a carta de uma autora anônima que se queixa da educação dada às meninas, e de algumas situações impostas às mulheres como: casamento arranjado, o claustro e o serviço doméstico, porém o mais surpreendente é o pedido sobre a educação, “ela quer uma educação que permita às mulheres oportunidades de trabalho e vida independente”.

Além da questão da educação, as mulheres lutavam por igualdade social e proteção econômica, pois no período da Revolução Francesa as mulheres já assumiam várias funções fora do perímetro da família, dentre essas funções destacam-se os setores de prataria encadernação, padaria, comércio de alimentação, costura e pequenas atividades de rua; Morin (2009), diz ainda que as lojas e mercados de alimentos eram um território feminino por excelência. Tais mulheres tinham autoridade moral nas ruas: de suas barracas, as comerciantes observavam e controlavam em certa medida o que acontecia à sua volta, separando brigas entre homens ou mulheres, ou às vezes impedindo que pais se excedessem nos castigos físicos aos filhos.

Assim, não se aceitava que as mulheres desenvolvessem as mesmas funções dos homens, e, quando o faziam, com o mesmo nível de produtividade, o salário era muito inferior, sem nem um direito, apenas deveres e obrigações.

As mulheres começam a assumir protagonismo na perspectiva da Revolução Francesa a partir da Marcha para Versalhes. O primeiro evento político protagonizado pelas mulheres, onde uma multidão feminina marchou por quatorze quilômetros, de Paris a Versalhes para protestar contra a escassez de pão.

Em 14 de setembro marcharam meninas e mulheres com seus companheiros, membros da Guarda Nacional, devidamente armados e trombeteiros em ação de graças a Santa Genoveva, levando uma réplica da Bastilha em madeira. A presença desse artefato e a crise de subsistência conferiram à procissão um caráter político. No dia 5 de outubro de 1789, motivadas pela falta de pão, 7 mil mulheres do povo, auxiliadas por homens armados com lanças e tridentes, invadiram a

sala de armas do Hotel de Ville e de lá partiram rumo a Versalhes, marchando debaixo de chuva por 14 quilômetros, com a intenção de tomar o palácio real de forçar o rei Luís XVI a voltar para Paris (DANTES. s. d, p. 16).

A marcha para Versalhes foi um sucesso; as mulheres conseguiram seus objetivos, e voltaram vitoriosas, acompanhando a caravana do rei até Paris, porém não há unanimidade quanto a participação das mulheres neste evento. Morin (2009) esclarece que, Madame Roaland <sup>3</sup> não acreditava na espontaneidade da participação das mulheres na Marcha, “alguém deve ter pago pra essas mulheres imbecis e grosseiras”, desqualificando assim a capacidade e independência política das mulheres.

Além da redução do preço do pão as mulheres exigiam também o retorno do rei a Paris, pois a presença do rei seria uma possibilidade de abundância de pão; a partir desse evento as mulheres ganham mais visibilidade, quanto à sua participação na Revolução Francesa, surgindo a partir de então as *sans-culotterie*<sup>4</sup> feminina, que eram as mulheres militantes, que se engajaram na causa política, levando suas reivindicações além da escassez de pão, ou seja, demonstrando interesse continuado pela política.

Ainda conforme Dantes (s.d), as mulheres sempre estiveram ao lado dos homens em protestos contra a crise de abastecimento e a inflação, e pedindo bons representantes para compor a assembleia constituinte de 1789, todavia nem uma mulher foi eleita nesta assembleia, pois na época, as mulheres ainda não tinham direitos políticos. Mesmo assim, Itamar de Sousa (2003) diz que as galerias do parlamento, ficavam sempre repletas de mulheres, ora aplaudindo, ora apupando<sup>5</sup>, (vaiando) os deputados ali reunidos. A pressão que as mulheres exerciam era tão

---

<sup>3</sup> Madame Roland, ou Jeanne Marie, ou Madame Phlipon, comumente chamada Madame Roland, Viscondessa Roland de la Platière por casamento, nascida em 17 de Março de 1754 em Paris e morta na guilhotina em 8 de Novembro de 1793 também em Paris, é figura importante na Revolução Francesa.

<sup>4</sup> Os *sans-culottes* eram trabalhadores/as urbanos, pequenos comerciantes ou mesmo desempregados. Durante a Revolução passaram também a serem referidos aos grupos políticos mais radicais, constituindo a base de apoio dos políticos populares. Estes iriam implantar as políticas mais radicais a partir do aparelho de Estado, principalmente durante o período denominado de Terror, entre 1793-1795, liderado pelos jacobinos.

<sup>5</sup> Dicionário Aurélio. Dirigir apupos a, perseguir com vaias, assobios; zombar, escarnecer.

grande e constante que, em 1793 foram impedidas de assistir às sessões do parlamento.

Muitos pensadores iluministas não eram a favor da participação das mulheres nos movimentos políticos, Dante ``s.d`` diz que os revolucionários, inspirados por Rousseau idealizaram uma república à imagem de Roma, com homens viris e mulheres submissas e dedicada à família. Por outro lado, alguns revolucionários vão encontrar outra forma de participação da mulher na sociedade; essa participação vai lhe dar posição de destaque na sociedade francesa, a exaltação à maternidade. Neste caso a mulher se tornaria a responsável pela formação patriótica do seu filho, se tornando assim, um ser social de fundamental importância para a sociedade francesa do século XVIII.

As mulheres então passam a ser uma peça fundamental na construção do novo modelo de sociedade, a sociedade republicana. Através da educação, as mães tinham mais autoridade sobre seus filhos; portanto, conforme Dante ``s.d`` através da maternidade cívica, as francesas perceberam a oportunidade de participar do movimento revolucionário, transformando-se numa categoria social política. Essa foi a oportunidade que as mulheres das camadas mais baixa e sem instrução tiveram para participarem da reconstrução do país, neste sentido, percebe-se que a maternidade deixa de ter o papel outrora assumido pelas mulheres no patriarcalismo com objetivos apenas familiar, agora a maternidade se torna um dever cívico, indo além dos deveres de procriação.

Historicamente a França sempre negou direitos políticos às mulheres, Itamar de Sousa, 2003, diz que:

Desde os primórdios da monarquia, que a França negou às mulheres a cidadania política. O poder político é assunto exclusivamente masculino, salvo algumas exceções registradas pela história. Enquanto na Espanha e em outros países da Europa, a filha de um monarca podia herdar o trono, na França, a lei sálica instituída no século XIV, não reconhecia este direito. (SOUSA, 2003. p. 121).

Porem com os sentimentos revolucionários envolvendo os franceses, principalmente as mulheres, que passaram a buscar com mais intensidade os seus direitos, logo os resultados dessas buscas será a formação de uma nova sociedade que busca igualdade entre os sexos.

Isso possibilitou na França uma revolução cultural, que culminou com a abolição de costumes, ou leis medievais ainda vigentes na França do final século XVIII, tal como a figura do pai tirano.

Nesta perspectiva, Morin, 2003, afirma que a política jacobina limitou o poder da família para defender o direito do indivíduo, neste sentido, percebemos que a família seria remodelada aos moldes da nova sociedade republicana, que já não aceitava mais as leis que impediam o desenvolvimento do novo homem. Ainda conforme Morin, 2009, em 1791 os herdeiros foram considerados iguais perante a lei, aumentando a autonomia das filhas, e em 20 setembro de 1792 foi estabelecido o divórcio, algo que para a época era inconcebível.

A partir desse momento, conforme Morin (2009) começa a surgir na França várias leis que beneficiaria as mulheres, tais como: a lei que permitiu que a mulher assinasse em registro civil. Por tanto pode se dizer que, a partir de então a mulher começa a ter alguns direitos civis, ou seja, a mulher passa a ter uma personalidade jurídica, vale apenas lembrar que, os primeiros passos para estas conquistas começaram no ambiente familiar, ou seja, as mulheres a partir dos ideais revolucionários começam a ampliar os seus direitos no ambiente familiar.

As mulheres vão aos poucos se redescobrimo, e percebem que são perfeitamente capazes de administrar os bens da família. Morin (2009) relata que a lei de 1791 que declarou a igualdade dos herdeiros perante a lei, foi de fundamental importância neste processo, visto que dava autonomia para as filhas, dando-lhes o direito à herança. Nesta perspectiva, hoje entendemos a importância de algumas mulheres, tais como, Olympe de Gouges<sup>6</sup>, dentre outras tanto que lutaram pelos seus direitos, as vezes com ideias que estavam muito à frente de sua época.

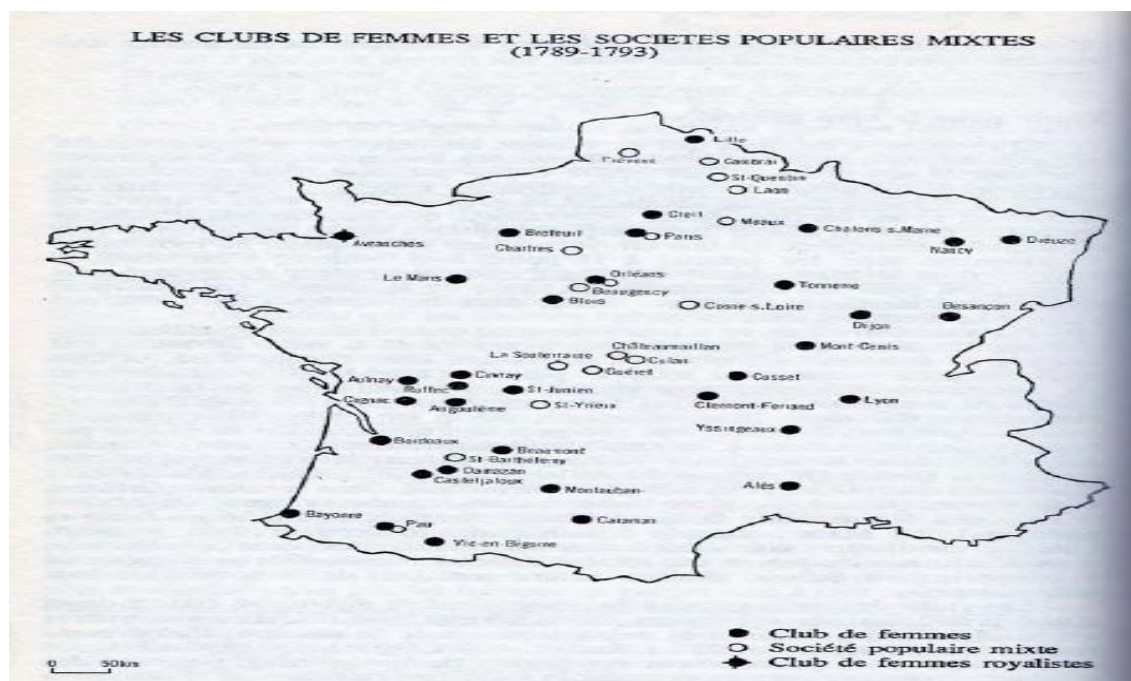
No final do século XVIII (1789/1791) começa a surgir em toda França organizações feministas, as chamadas associações femininas, ou mistas, visto que algumas delas também tinham homens como membros. Morin (2009), afirma que os jacobinos aprovavam a participação das patriotas em papéis tradicionalmente feminino, por tanto, mesmo as tendo certa “liberdade,” tinham que tomar cuidado para

---

<sup>6</sup> Olympe de Gouges, pseudônimo de Marie Gouze foi uma dramaturga, ativista política, feminista e abolicionista francesa de importante atuação na Revolução Francesa. Os escritos feministas de sua autoria alcançaram enorme audiência. Foi uma defensora da democracia e dos direitos das mulheres.

não ultrapassar os limites estabelecidos para o sexo feminino, mesmo assim, em apenas dois anos centenas de associação feminina se espalharam por toda a França.

#### Clube das Mulheres e Sociedades populares Mistas



Fonte: Morin (2009) p 98

Percebe-se então, através da imagem o crescimento dos movimentos que defendiam os direitos das mulheres, ainda que, muitas dessas associações, tivessem como presidente, ou representante legal um homem, com o objetivo de “inspirar respeito”. Tânia Machado Morin, (2003) afirma que existia muitas cidadanias ornamentais, ou seja, a mulher poderia estar no meio social, mas, com papéis secundários como embelezar festas com a sua beleza ou organizar doações.

O sentimento revolucionário da França do final do século XVIII trouxe várias possibilidades às mulheres, que já não estavam satisfeitas com suas posições de inferioridade perante os homens. Tania Machado Morin (2009) diz que em 06 de março de 1792 Pauline Léon, militante de 24 anos, leu na Assembleia Legislativa de Paris uma petição assinada por 320 mulheres, pedindo autorização para criação de uma Guarda Nacional feminina, ou seja, há certa ousadia já nessa época por parte das mulheres que queriam participar da Guarda Nacional. Houve então uma

indefinição nesta petição, pois os deputados nem negaram e nem concordaram, o que claramente favoreceu as mulheres, pois a partir desta petição das 320 mulheres, surgiu o movimento das tricoteiras, que também defendia o direito às armas; porém essas reivindicações não foram atendidas, por dois motivos bem aparentes;

[...] as armas eram um braço violento do movimento popular, e podiam ameaçar o poder constituído e por último, e não menos importante, a concessão das armas levaria eventualmente à colocação dos direitos políticos femininos na ordem do dia". (MORIN, 2009. p. 104).

Tania Machado Morin, 2009, vai ainda ressaltar que a participação das mulheres em vários protestos na primavera e verão de 1792 foi fundamental para a queda da monarquia e instalação da república ao afirmar que:

Com ou sem permissão, as militantes participaram de uma série de procissões armadas na primavera e verão de 1792 (de abril a junho). As mulheres sans-culottes das Seções de Paris e algumas burguesas estiveram no centro das agitações que levaram à queda da monarquia e instauração da República. Os líderes revolucionários incentivaram ou até programaram a participação feminina nas seis marchas insurrecionais para mostrar o poder da nação armada, a legitimidade da vontade popular e a soberania da nação. Na prática, o "recrutamento político" das ativistas por líderes revolucionários dissolvia a distinção entre cidadãos ativos e passivos e subvertia os modelos rousseauístas de comportamentos dos gêneros. Assim, as aspirações das mulheres no contexto da luta popular, o esmaecimento da distinção entre cidadãos ativos e passivos, a tolerância e até incentivo por parte de alguns líderes jacobinos, ajudaram a forjar o nascente conceito de cidadania feminina. (MORIN, 2009. p. 106).

Neste aspecto percebe-se a participação ativa e definitiva das mulheres na iniciativa de construir uma nova nação, deixando aflorar seus sentimentos patrióticos, ao ponto de até mesmo desafiar alguns homens que, segundo elas se acovardavam por não demonstrarem nenhum interesse pela causa revolucionária.

Em 1792 já existiam muitas mulheres alistadas no exército, e lutavam pelos ideais da revolução, Tania Machado Morin (2009) afirma que elas não se engajavam no lugar do marido ou parentes, elas lutavam ao lado deles, ou seja, não lutavam por obrigação, mas pela integração oficiosa da cidadania, o que a partir de então vai tornar-se o diferencial entre o exército antes da Revolução e o exército Pós-Revolução, pois este luta pelo amor à pátria, porém aquele luta em defesa do rei e dos seus interesses.

O que mudou na percepção do serviço militar com a Revolução? Na visão revolucionária, as guerras eram travadas entre "homens livres" e "escravos de tiranos". Os soldados agora eram cidadãos defendendo

a pátria, e não mais súditos a serviço do Rei. Quase sempre, as aristocratas guerreiras lutavam por causas de natureza particularista: suas terras, seus privilégios, religião e classe social, muitas vezes na *falta do marido*. As soldadas de 1792 lutavam pelos ideais da Revolução, que eram universalistas na visão dos revolucionários. (MORIN, 2009. p 111.)

Portanto a motivação de luta feminista era de uma autenticidade admirável, pois se baseavam nos ideais verdadeiramente revolucionários, que ia muito além da percepção masculina e dos ideais da Revolução Burguesa. Nesta perspectiva, pode-se afirmar que as mulheres não foram em nenhum momento vítimas indefesas da misoginia da Revolução, e sim, protagonizaram conscientemente momentos importantes no período revolucionário, em busca dos seus direitos políticos. Mary Del Priore (1989) ressaltou que:

Sobre os anos que antecederam a Revolução Francesa, French aponta com rara habilidade e vasta munção de informações históricas que, em circunstâncias de lutas, guerras, fome e pestes, as mulheres lutaram lado a lado com os homens, mas, acabadas as dificuldades, tornavam-se imediatamente excluídas da estruturação de qualquer poder. Sem condições de usar seus talentos senão de forma marginal, as mulheres não tinham tradição de lutas, enquanto classe, até a Revolução Francesa. (PRIORE, 1989. p. 94)

As mulheres sempre estiveram à disposição para ir à luta, e os homens sempre que estiveram em dificuldades, quer na guerra, ou em outras circunstâncias, recorriam a elas; porém logo em seguida eram excluídas; e não foi diferente na Revolução Francesa, Mary Del Priore (1989) afirma que enquanto as mulheres tornavam-se cada vez mais ativas em todos os partidos e na Convenção Nacional, a nova Assembleia voltava-se contra elas. Suprimiram lhes os clubes políticos, as atividades de militância, e foram, por fim, proibidas de assistir às assembleias populares, isso por que alguns revolucionários famosos entendiam que a participação das mulheres na política era contrária à sua natureza.

Observa-se que a Revolução Francesa não deu nenhum poder político às mulheres, porém abriu-se um leque no tempo, onde a população feminina pôde se manifestar, e deixar claro ao mundo o seu poder.

A Revolução Francesa mostrou muito sobre as mulheres. Revelou muito mais que a maternidade cívica, mostrou que a mulher tem poder de decisão, quando muitas delas decidiram por sua própria conta, vestidas de homens, ir às guerras, lutar lado a

lado com seus maridos, ou, pelo simples prazer de ser útil à pátria, defendendo-a com todo o seu amor.

Há muitos exemplos de fervor patriótico: Marie Charpentier, única mulher na lista dos vencedores da Bastilha, viúva de um sargento, alistou-se como soldado policial e serviu até 1796. A jovem revolucionária parisiense Catherine Pochelat, que em 10 de agosto de 1792 operou um canhão na tomada das Tulherias, entrou para o 71º regimento de infantaria, vencedor da batalha de Jemmapes. Em seguida, na legião das Ardenas, demonstrou tamanho destemor que seus companheiros de armas a elegeram subtenente. Em Jemappes, a jovem belga Marie Schellinck foi ferida e promovida a subtenente pelo General Rosières. Marie serviu no exército de 1792 até sua morte em 1802 304. A jovem patriota Félicité Duguet, de Versalhes, lutou sob identidade falsa com o apelido Va-de-bon-Coeur, se inscreveu no 1º Batalhão da Nièvre porque "o amor sagrado da pátria que a inspira não lhe permite olhar com sangue frio os perigos que a ameaçam". (MORIN, 2009. p. 114).

A luta das mulheres era também contra as injustiças sociais, pois protestavam contra os altos preços dos produtos alimentícios ou pela falta deles. Em 1792 por causa da guerra civil nas colônias francesas, houve uma grande escassez de açúcar, tornando-se um produto de luxo, os donos de armazéns estocavam grandes quantidades apostando na alta dos preços, neste mesmo período as mulheres entravam nos armazéns e obrigavam os comerciantes a venderem o açúcar por um preço justo (Morin, 2009).

Os convencionais temiam o poder incendiário de mulheres revoltadas, e sabiam que a palavra das militantes podia atrair muitas seguidoras. O sentido de sua ação era a proteção das famílias e o bem comum. Elas se reuniram na sala cedida pela Sociedade Fraternal dos Dois Sexos sob o nome de Assembleia das Republicanas para redigir uma petição a ser apresentada na Convenção no dia 24 de fevereiro: "as mães e esposas dos defensores da Pátria estão (...) assustadas com as manobras dos açambarcadores" e "pedem (...) que o dinheiro seja declarado mercadoria". (MORIN, 2009. p.125).

Em 1793 as Republicanas Revolucionárias começaram a perder forças, depois de conseguirem o congelamento dos preços de produtos essenciais; a partir de então começaram a colecionar fortes inimigos, até mesmo entre as mulheres, aquelas que eram comerciantes, pois estavam insatisfeitas com o congelamento dos preços.

Neste mesmo período, o Congressista Jean-Batiste André Amar, que era o relator do Comitê Geral de Segurança, leu o relatório que proibia todos os clubes



femininos da França proibindo assim a Sociedade das Republicanas de qualquer atividade.

Penso que se o alvo de André Amar e do Comitê de Segurança Pública fosse apenas a Sociedade das Republicanas Revolucionárias, ele poderia simplesmente ter decretado o fechamento daquela associação, atendendo ao pedido das comerciantes do mercado. Mas o alvo era muito mais abrangente, tratava-se da mulher politizada. A ação das Republicanas e outras ativistas há muito incomodava a maioria dos homens, e em particular, os deputados da Convenção. (MORIN,2009. p.153)

Depois da proibição da sociedade das Republicanas, as mulheres foram perdendo forças na luta pelos seus direitos civis e sociais, e com o governo napoleônico, o sonho feminino de ser uma cidadã, tornou praticamente impossível. Mary Del Priore, pondera que:

Bem diz Marilyn French que "se as leis da República duraram um pouco mais que um decênio, as do Código Napoleônico mantiveram-se por um século..." Da tribuna ao cadafalso, a trajetória das mulheres ao longo da Revolução foi domesticada pela exigência masculina de obediência, trabalho e silêncio. Traídas por seus próprios meios, elas reagiram adaptando-se ao ideal materno renunciado por Madame d'Epinay, consagrando a tranquilizadora distinção dos papéis entre os sexos. Só que, ao oficializar um poder feminino que os homens raramente disputavam e ao fazer da maternidade o polo da vida doméstica, elas provaram que era possível resistir às prescrições da misoginia pelo estabelecimento de poderes informais e estratégias dentro da casa e do círculo familiar. O triunfo do ideal de mãe no século XIX ilumina definitivamente o papel das mulheres na História, e clareia também aquele dos seus exemplares ancestrais. (PRIORE, 1989. p. 98)

Nota-se que quando Napoleão sobe ao poder, ele anula todas as leis que foram conquistadas pelas mulheres, tornando-as vulneráveis ao jugo dos homens.

O registro da experiência das mulheres na Europa, especialmente as francesas, pode ser visto como base para os movimentos que surgiram posteriormente, não somente na Europa mas em todo Ocidente. Podemos ver ainda as mesma praticas, no sentido de manter a mulher em situação de submissão.

No ambiente da Câmara Municipal de Codó, campo da pesquisa, assim como em muitos outros ambientes, a ideia da mulher recatada, que só pode ser dona de casa e cuidar dos filhos e do marido, ainda persiste na mentalidade de muitos, pois se aproximarmos das atividades que desenvolvem na Câmara Municipal de Codó, por

exemplo, servindo café e em serviços burocráticos, há pouca ou quase nenhuma possibilidade de desenvolverem suas habilidades e capacidades no campo da política.

## **2. O EMPODERAMENTO DAS MULHERES NO TRABALHO E NA POLÍTICA**

Neste capítulo abordaremos a importância do empoderamento feminino, exaltando a questão da coletividade, na perspectiva de que um grupo de mulheres empoderadas, alcançarão maiores êxitos, trataremos também da independência financeira das mulheres como um instrumento de libertação.

Ressaltamos ainda a importância do movimento de mulheres que ficou conhecido como Lobby do Batom, o qual lutou pelo direitos das mulheres na constituinte de 1988, e que conseguiram várias conquistas, muitas das quais ainda estão em vigor.

### **2.1 O Empoderamento Feminino**

Conforme o portal UCS<sup>7</sup> Digital, o termo empoderamento surgiu nos Estados Unidos, na década de 70, com o objetivo de debater questões civis relacionadas à raça. Logo, foi incorporado pelo público feminino tendo como objetivo demonstrar a força da mulher. Berth 2019, afirma que no Brasil, empoderamento é um neologismo, ou seja, um fenômeno linguístico que cria uma palavra ou expressão nova ou, ainda, atribui um novo sentido a uma palavra já existente. O empoderamento feminino é por tanto uma nova fase da luta das mulheres para conquistar seus espaços, todavia, vale ressaltar que esse empoderamento não pode ser visto apenas de forma romântica, ou seja, apenas como um status; Cecília M. B. Sardenberg (2006), afirma que:

Para nós, feministas, o empoderamento de mulheres, é o processo da conquista da autonomia, da autodeterminação. E trata-se, para nós, ao mesmo tempo, de um instrumento/meio e um fim em si próprio. O empoderamento das mulheres implica, para nós, na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal. Para as feministas latinoamericanas, em especial, o objetivo maior do empoderamento das mulheres é questionar, desestabilizar e, por fim, acabar com a ordem patriarcal que sustenta a opressão de gênero.

---

<sup>7</sup> <https://ead.ucs.br/blog/empoderamento>. Acesso 10/06/2023

Isso não quer dizer que não queiramos também acabar com a pobreza, com as guerras, etc. Mas para nós o objetivo maior do “empoderamento” é destruir a ordem patriarcal vigente nas sociedades contemporâneas, além de assumirmos maior controle sobre “nossos corpos, nossas vidas”. (SARDENBERG, 2006. p. 02).

Como supracitado, podemos perceber que o empoderamento é, antes de tudo, superior a qualquer conquista individual, pois ele diz respeito às lutas existentes das mulheres antes mesmo das grandes revoluções como a Francesa. Nesta perspectiva, podemos destacar também o acesso à informação como uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento deste movimento, Joice Berth (2019) cita a Reforma Protestante como uma possível raiz para o empoderamento feminino:

[...] o viés conceitual tem estreita ligação com a Reforma Protestante realizada na Europa, desencadeada pelo monge e professor de teologia bíblica Martinho Lutero, no século XVI. Além de desenvolver 95 teses criticando a estrutura corrupta da Igreja naquele período da História, ele traduziu para o alemão os escritos bíblicos, que até então eram em latim, o que dificultava o acesso pelas camadas mais pobres da população da época e abria a possibilidade de manipulações de acordo com os interesses de parte expressiva do clero. Ao popularizar esses escritos, Lutero confronta o controle hegemônico da informação pelo clero, dando acesso às classes desfavorecidas que, por não dominar o latim, aceitavam o que lhes era fornecido como palavra de Deus. Esse raciocínio nos indica que o poder da informação já era exercido como instrumento de manipulação e hierarquia social (BAQUEIRO *apud* BERTH 2019, p. 25).

Ao publicar as 95 teses, onde criticava a supremacia da Igreja sobre o conhecimento, além de escritos bíblicos em alemão, Martinho Lutero estava possibilitando que as camadas mais pobres pudessem ter acesso a esse conhecimento, que deixa de ser uma revelação de Deus, para ser uma busca do ser humano. Com isso podemos perceber então que um dos motivos para o crescimento do empoderamento feminino, assim como, o avanço nas questões de gênero, está relacionado ao vasto acesso à informação, enquanto nas décadas de 1960 e 1970, anos iniciais da organização do movimento feminista no Brasil, as informações eram apenas através de pequenos panfletos e sujeitos à censura.

Hoje, temos muitas informações sobre o tema do feminismo nos meios de comunicações e produções científicas acadêmicas, porém não devemos desconsiderar, o fato de ainda existir perseguição e/ou suplantação ao empoderamento feminino. Joice Berth (2019) exalta ainda a importância do empoderamento feminino, tanto coletivo como também individual, comparando o

empoderamento a construção de uma casa, sendo que o empoderamento individual são os materiais de construção, (tijolo, telha, cimento... etc.), e o empoderamento coletivo é a junção de todo esse material. Porém, para uma construção (empoderamento coletivo) ser bem-feita é necessário que os tijolos/materiais (empoderamento individual) sejam de qualidade.

Traçando uma simetria simples, se o empoderamento fosse uma casa, os indivíduos seriam seus componentes construtivos – tijolos, argamassa, telhado, piso, pintura etc. Serão adquiridos e trabalhados para que a junção de todos eles sejam a tão sonhada moradia. Pois bem, não apostamos na sorte ou em uma consciência ingênua ou mágica como postulou Freire – leia-se aqui: teorias esvaziadas de uma prática real. Esses elementos construtivos precisam ter qualidade individual para que o resultado seja igualmente qualitativo. E esses elementos isolados não conseguem complementar a função inicial que é edificar a moradia. (BERTH, 2019. p. 37)

O empoderamento feminino torna-se um poder, quando se junta o individual com o coletivo. Nesta perspectiva podemos destacar o que disse Sarah Mosedale *apud* Cecília M. B. Sardenberg (2009), ao afirmar que a questão do poder é central à noção de empoderamento, mas pensando o “poder” de formas distintas, poder sobre – como no caso de A tem poder sobre B; poder de dentro - que se refere à autoestima, autoconfiança; poder para - em relação à capacidade para fazer algo; poder com - o poder solidário, que se compartilha numa ação coletiva.

Faz-se necessário entender que o empoderamento feminino não se trata de rebeldia de um grupo de mulheres, mas trata-se da luta contra o machismo estrutural e cultural que as subjugaram no decorrer da história da humanidade, portanto, há historicamente um débito, que apenas um dia do ano, o qual conhecemos como Dia Internacional das Mulheres, não pode por si só reparar, tendo em vista os relatos dos acontecimentos que impulsionaram a luta pelo reconhecimento desse dia continuam na contemporaneidade.

Lembro-me da minha infância, em meados da década de 1990, quando morava na zona rural de Codó no interior do Estado do Maranhão. Minha mãe Maria Aldenora Alves da Silva, mulher negra, extrativista de coco babaçu, cuja renda ajudava o nosso pai, Antônio Simão Monteiro Silva, a manter o nosso sustento. Naquele tempo, via com naturalidade a forma dos acontecimentos do dia-dia dentro de nossa casa, era comum termos apenas duas refeições por dia, café da manhã e

jantar, mas outras questões relacionadas a labuta diária de minha mãe despertam a atenção.

Minha mãe chegava do “mato”<sup>8</sup> as dezessete horas e imediatamente começava a fazer o jantar, eu e meus irmãos assentávamos à mesa juntamente com nosso pai, e minha mãe nos servia, e naturalmente, só jantava depois de todos nós, hoje, entendo que essa situação era de subserviência.

Vivi imerso em relações de reprodução do patriarcado, que interfere diretamente no papel social da mulher, dentro e fora de casa, não lhes permitindo o reconhecimento, respeito, valorização do seu trabalho, mesmo quando ajuda efetivamente na manutenção da casa, continua em uma posição de submissão em relação aos demais membros masculinos da família.

Também em contextos contemporâneos, como resultado da organização e luta das mulheres, no campo das políticas públicas de Estado, podemos destacar formas de incentivos ao reconhecimento e valorização do papel social da mulher como chefe de família.

Joice Berth (2019) cita o Programa Bolsa Família<sup>9</sup>, criado pelo Governo Federal em outubro 2003<sup>10</sup>, como um programa que favoreceu a autonomia das mulheres, visto que elas eram responsáveis pelo recebimento do dinheiro, invertendo assim a relação de poder no espaço da casa.

No Brasil, agora pela perspectiva da gestão pública, são vários estudos nacionais e internacionais que apontam o programa Bolsa Família, implementado pelo governo Lula, como um exemplo de programa destinado às mulheres, que favoreceu o ambiente para que elas conseguissem o mínimo de autonomia por serem responsáveis

---

<sup>8</sup> Termo usado para mulheres extrativistas do coco babaçu para designar alguém vai para os campos quebrar coco babaçu.

<sup>9</sup> O Programa Bolsa Família é um programa de transferência de renda do Governo Federal do Brasil.

<sup>10</sup> . Em outubro de 2003 o governo Lula pela Medida Provisória 132 instituía o Bolsa Família, a qual foi convertida em lei em 9 de janeiro de 2004, pela Lei Federal n. 10.836. A criação do Bolsa Família unificou e ampliou os vários programas de auxílio de renda do governo de Fernando Henrique Cardoso, como Bolsa-escola, CadÚnico, o Bolsa-alimentação e o Auxílio-gás, além do Fome Zero, instituído no começo do primeiro mandato de Lula. A história do Bolsa Família. [https://pp.nexojornal.com.br/linha-do-tempo/2020/A história do Bolsa Família](https://pp.nexojornal.com.br/linha-do-tempo/2020/A%20hist%C3%B3ria%20do%20Bolsa%20Fam%C3%ADlia). Acesso 10/07/2023.

pela retirada da renda, alterando a dinâmica de relações de poderes de diversas famílias. [...] Os pesquisadores relataram que aumentou o número de mulheres que procuram métodos anticoncepcionais; que elas passaram a se sentir fortalecidas para enfrentarem o assédio dos próprios maridos, e o aumento do número de mulheres. [...] Entretanto, é preciso ressaltar, como já dito, que esse fortalecimento pode ajudar no processo de empoderamento, mas não é ele sozinho que garante que esses grupos estejam longe das agruras de se viver em um sistema racista, patriarcal, fóbico etc. Sobretudo quando esse fortalecimento econômico acaba por cair na pior armadilha, ao deixar de manter o movimento de fortalecimento de toda a comunidade, caindo na devolução sumária do capital duramente acumulado para as mãos do grupo opressor. (BERTH, 2019, p. 49-50).

Percebemos que, com a mudança da relação de poder, ainda que mínima possível, há mudanças também na perspectiva da própria mulher, no sentido de rejeitar a subordinação, no fato de não aceitar assédio do próprio marido; e nota-se também empoderamento, quando ela passa a usar métodos anticoncepcionais, não se permitindo gerar filhos, a não ser que ela queira, com isso o sexo deixa de ser apenas para procriação, agora passa a ter também o sentido de prazer para a mulher.

Quanto a inserção da mulher ao mercado de trabalho, André Luís da Silva Baylão e Elisa Mara Oliveira Schettino, (2014) no seu artigo: A inserção da mulher no Mercado de Trabalho, afirmam que as guerras também beneficiaram as mulheres, pois quando os homens iam à guerra, elas tomavam conta dos negócios da família, fazendo isso com maestria.

A inserção da mulher no mercado de trabalho se deve também a dois acontecimentos que marcaram a história da humanidade, e modificou a vida das mulheres. Com as guerras os homens tinham que ingressar nas frentes de batalha e as mulheres passaram a assumir os negócios da família e a posição dos homens no trabalho. Ao final das guerras, o resultado, tinha modificado a paisagem e a estrutura das sociedades mundiais, pois, com o regresso dos homens que lutaram pelo país, onde muitos dos que sobreviveram ao conflito foram mutilados e impossibilitados de voltar ao trabalho, outros ficaram com problemas psicológicos, e muitos outros foram excluídos da vida social das comunidades, entre outras coisas, resultando num novo tipo de sentimento e atitude por parte das mulheres. Nesse momento é que as mulheres novamente deixaram as casas e os filhos para levar para frente os projetos e os trabalhos realizados pelos maridos. (BAYLÃO, SCHETTINO, 2014. n.p)

Todavia, vale ressaltar que as conquistas das mulheres, historicamente falando, tende a ser suprimida, a exemplo da Revolução da França do século XVIII,

assim como a luta das mulheres brasileiras pela independência e construção do país. Ou seja, se baixar a guarda, haverá nocaute no direito conquistado. Por isso a necessidade de constante vigilância por parte de grupos que lutam pelos direitos das mulheres e igualdade de gênero. Para nós isto é indicativo de que a luta das mulheres individualmente e coletivamente precisa ser constante, para manter os direitos conquistados e reivindicar formas de reparação da desigualdade histórica.

## **2.2 A independência financeira como enfrentamento a subordinação da mulher.**

Algumas conquistas muito relevantes das mulheres brasileiras aconteceram com a Constituição Federal de 1988, onde um grupo de mulheres corajosas, ativistas e legisladoras, escreveram uma carta para os constituintes, assinada pelas mulheres brasileiras; nesta carta foi elencado várias propostas para a nova Constituição Federal.

O Instituto Update em seu editorial eletrônico de 28 de março de 2023 elenca as principais conquistas desse grupo de mulheres que ficaram conhecidas nacionalmente como Lobby do Baton<sup>11</sup>

Algumas das conquistas da “Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes” foram a possibilidade de serem donas de suas próprias terras, a igualdade jurídica em relação aos homens, a licença-maternidade de 120 dias e a ampliação de seus direitos civis, sociais e econômicos. Tudo isso foi incorporado à Constituição Federal como resultado de muita negociação e estratégia. (<https://www.institutoupdate.org.br> Acesso 03/06/2023)

As conquistas desse grupo de corajosas mulheres foram relevantes, todavia, como já citado nesta pesquisa, os direitos conquistados pelas mulheres, tende a ser suprimido e/ou negado, de acordo com a ideologia das gestões de governo que se sucedem ao longo da história brasileira. O certo é que hoje, pouco se sabe sobre a

---

<sup>11</sup> O lobby do batom ou lobby das mulheres foi uma aliança suprapartidária feita entre senadoras e deputadas brasileiras durante a Assembleia Constituinte de 1987-1988 com o objetivo de ampliar os direitos civis, sociais e econômicos das mulheres na Constituição que estava sendo elaborada.

batalha travada por elas para a conquista desses direitos, os quais ainda hoje são negados



Foto: Lobby do Baton Fonte: <https://www.institutoupdate.org.br/> Acesso 09//06/2023

Como visto, muitos desses direitos estão relacionados à independência financeira da mulher. Todavia, muitos desses direitos, ainda hoje, 35 anos depois, continuam sendo negados. A verdade é que aqueles que suprimem os direitos conquistados pelas mulheres sabem que a independência financeira delas pode mudar a história, na perspectiva de que uma mulher independente, nunca se sujeitará às ameaça e as chantagens de um homem. Piciula, Pavarina e Morong, (2022) no seu artigo sobre o Aspecto financeiro diante da violência doméstica, como fator de risco e característica emancipadora da mulher, afirmam que:

Há também, outros fatores que contribuem, entretanto é da dependência financeira da mulher em relação ao agressor a qual será atribuída maior ênfase neste estudo. Afinal, uma das causas pela qual não ocorre a denúncia contra o marido é pelo fato da vítima depender economicamente deste para que possa ter acesso a bens e serviços. À vista disso, é de se entender que será mais dificultoso para esta mulher se desvencilhar deste relacionamento, tendo em consideração que a sua sobrevivência e a de sua família muitas vezes está condicionada ao outro e que se cogitada a possibilidade de deixá-lo, colocará em perigo a manutenção destes recursos vitais para uma vida minimamente digna. (PICIULA, PAVARINA E MORONG, 2022. p. 3.)



Tudo começa com a mulher conquistando a si mesma, ou seja, a mulher descobrindo que ela é sua própria dona, sendo esse ponto de partida para grandes conquistas. Baylão e Schettin (2014) afirmam que a quantidade de mulher no mercado de trabalho aumentou consideravelmente com o desenvolvimento dos métodos contraceptivos diminuindo a quantidade de filhos que queriam ter, se quisessem ter, e quando tê-los, podendo se dividir entre a casa e o trabalho.

Segundo o portal de notícia G1<sup>12</sup>, em 2019 estruturalmente a participação da mulher no mercado de trabalho foi bem menor que a dos homens, naquele ano, a taxa de participação feminina na força de trabalho foi de 54,5%, enquanto a masculina era de 73,7%, mostrando assim uma grande desigualdade.

O portal de notícia Poder 360<sup>13</sup> no seu editorial de 24 de junho de 2022, mostra que em 2020 72% dos postos de trabalhos fechados eram ocupados por mulheres, portanto no período da pandemia, houve uma redução drástica do número de mulheres ativa no mercado de trabalho, ou seja, em várias circunstâncias as mulheres são mais penalizadas que os homens.

Outro fator que está avesso à independência financeira das mulheres, é a disparidade salarial entre homens e mulheres, ambos exercendo a mesma função mais com salários diferentes. Neste sentido, segundo Baylão e Schettin (2014) trata-se de discriminação pura e simples.

[...] Nas diferenças salariais entre homens e mulheres, que podem ser fruto de discriminação pura e simples. A discriminação é definida precisamente como a observância de tratamento desigual para insumos de produção iguais. Parte do princípio de que sexo não é uma característica produtiva do indivíduo nem está correlacionada a outras características produtivas. Homens e mulheres são substitutos perfeitos no processo produtivo. Desta forma, quaisquer diferenças de tratamento alheias às diferenças de preferências entre homens e mulheres pode ser chamada de discriminação. (BAYLAO, SCHETTIN, 2014. p. 7,8)

---

<sup>12</sup> Portal de Notícias. <https://g1.globo.com/> Participação de mulheres no mercado de trabalho tem 5º ano de alta, mas remuneração segue menor que dos homens, diz IBGE. Por Daniel Silveira, G1 — Rio de Janeiro 04/03/2021

<sup>13</sup> Mulheres perderam mais empregos na pandemia, diz IBGE Disponível em: <https://www.poder360.com.br> Acesso em 12 de julho de 2023

### 2.3 As conquistas e o empoderamento das mulheres no campo da política

A independência financeira é tão importante quanto outra que a mulher possa conquistar. Em 24 de fevereiro de 1932 através do Decreto 21.076 o então Presidente Getúlio Vargas criou a Justiça Eleitoral, o mesmo Decreto dava autorização para as mulheres votarem.

E no dia 03 de maio de 1933 as mulheres foram pela primeira vez as urnas para votarem nas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte. Esse direito a princípio tinha muitas restrições; uma delas exigia que a mulher tivesse renda própria, ou seja, fosse independente financeira, o que era muito raro na época.

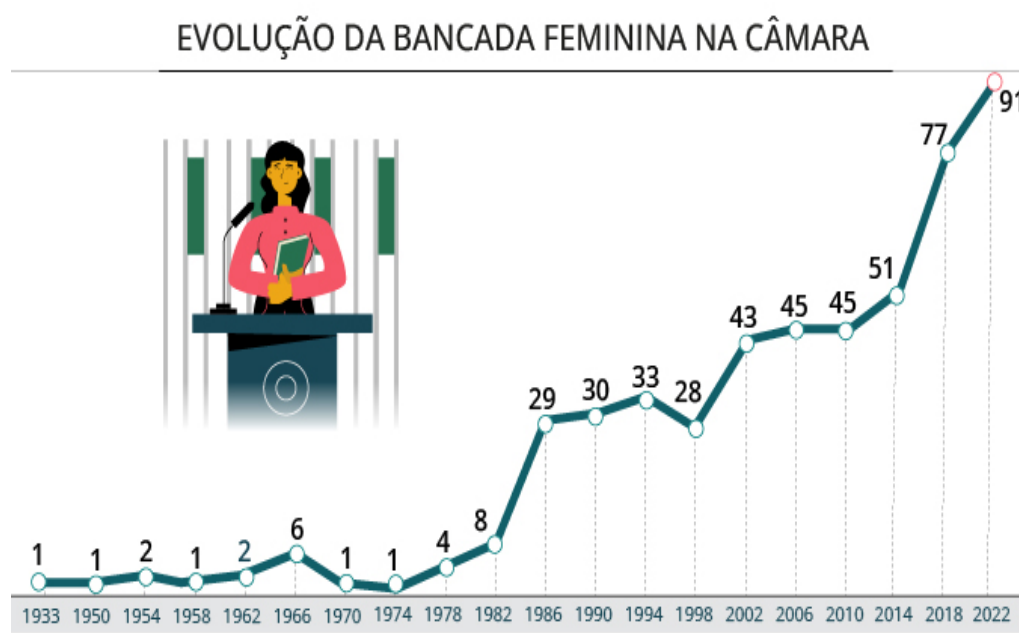
Destacamos aqui, que por falta de independência financeira, o direito ao voto das mulheres, conquistado com mais de cinco décadas de lutas, foi por muito tempo manipulado pelos homens. Um exemplo clássico disso foi a eleição de Roseana Sarney ao governo do Estado do Maranhão em 1994.

A primeira mulher a ser eleita para governar um Estado da Federação Brasileira, todavia, a eleição de Roseana Sarney, jamais pode ser considerada uma conquista para a classe feminina; vale ressaltar ainda que, neste caso não se trata de dependência financeira, mas de dependência política, pois sua candidatura assim como o nome de Roseana Sarney é uma representação da Oligarquia criada por seu pai José Sarney, que perdurou no Maranhão por mais de 50 anos.

Porém, vale ressaltar que nos últimos anos a participação direta da mulher na política tem avançado consideravelmente. O site oficial da Câmara Federal, mostra que nas eleições de 2022, das 513 cadeiras do Parlamento Federal, 91 foram conquistadas por mulheres, dentre elas, duas representantes trans, ou seja, 17,7% da bancada Federal. No gráfico abaixo mostraremos essa evolução da quantidade de mulheres eleitas para Deputada Federal de 1933, ano em que as mulheres pela primeira vez puderam votar, até as eleições em 2022.

No gráfico abaixo podemos observar considerável evolução na participação da mulheres nas eleições nacionais, todavia, sem querer ser pessimista, devemos lembrar que nem sempre esses dados são motivos para comemoração por parte das feministas, pois existem casos de mulheres que são eleitas mas não representam a classe feminina, elas estão representando uma oligarquia, um grupo político dominante de seu estado, ou mesmo o seu marido.

Outro exemplo, de caso de dependência financeira, é o caso da vereadora Cleane Maria Brandão Pinho, que usava codinome Cleane do Edson Cobel (DEM) eleita para a legislatura na Câmara Municipal de Codó em 2016. Era perceptível por todos a influência que o marido tinha sobre a vereadora, era ele que tomava todas as decisões, quando a mesma assumiu o mandato em 2017



Fonte: <https://www.camara.leg.br> Acessado em 05//07/2023

Neste sentido, Charliane Santos do Vale (2017) afirma que:

Assim, a vitória de Roseana Sarney não confirmou uma ascensão da mulher ao poder político, no sentido representativo, uma vez que, a mesma estava ligada à trajetória política da oligarquia Sarney, sua atuação foi muito mais um continuísmo de prática historicamente comum no estado do Maranhão. Não diferente do que aconteceu com a eleição e mandato de Roseana Sarney, em Codó a participação das mulheres na política está em geral relacionada com laços familiares mais do que com uma atuação política ativa independente. (VALE, 2017. p. 35)

### **3. AS MULHERES NO AMBIENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CODÓ**

Neste capítulo faremos uma análise da participação da mulher no ambiente da Câmara Municipal, fazendo uma análise histórica e contemporânea, levando em consideração a quantidade de mulheres e suas respectivas funções no Parlamento Municipal, fazendo relatos das vivências das mulheres, os quais foram observados em um período de dois anos e seis meses.

#### **3.1. As mulheres na Câmara Municipal de Codó**

A cidade de Codó no Estado do Maranhão fica localizada na microrregião dos Cocais, possuindo 114.269. Codó está localizada a 297 km da capital do Estado do Maranhão, São Luís.

Conforme o site<sup>14</sup> da Prefeitura Municipal de Codó, cerca de 51,35% da população codoense são mulheres, ou seja, 60.635 mulheres e somente 48,65% são homens, formando um total de 57.403 homens. Embora a divisão por sexo seja um dado do IBGE do ano de 2010, o mesmo ilustra que a maioria da população da cidade é formada por mulheres.

Porém a representação das mulheres em espaços públicos de poder não expressa esses dados, tendo em vista que e Codó nunca teve uma prefeita mulher, ou pelo menos, não encontramos registros que mostrassem contrário, e na Câmara Municipal foram apenas dez mulheres conseguiram o cargo de vereadoras até a atualidade, e destas também não há registro que alguma delas tenha assumido algum cargo de relevância na Casa Legislativa de Codó.

---

<sup>14</sup> Codó.ma.gov.br, acesso em 16/05/23



Fonte. O autor

Conforme Charliane Santos do Vale (2017), a história da fundação do poder legislativo do município é datada desde a época da Monarquia, de 1883 a 1887. Todavia, poucas informações se têm desse período, pois os documentos desta época já não existem mais. A escassez desses documentos dificulta o trabalho do pesquisador, tornando assim inviável uma pesquisa mais aprofundada, ainda conforme Charliane Santos do Vale (2017) em um período de 32 anos, de 1980 a 2012 só tiveram 5 parlamentares mulheres na Câmara Municipal de Codó; nas eleições municipais de 1983 a Senhora Maria Helena Lopes Nascimento foi eleita vereadora no município de Codó, em 1989 foi a vez Senhora Conceição de Maria de Meneses F. Gomes PSD (Partido Social Democrático), nas eleições municipais de 2000 tivemos duas vereadoras eleitas, a Senhora Maria de Fátima Linhares Muniz da Cruz e a Senhora Telma Maria Beliche Araújo (PDT) eleita com 295 votos e em 2012 foi eleita apenas uma mulher para o parlamento municipal, a Senhora Maria Paz PV (Partido Verde) 1753 votos.

Segundo Dona Maria Lucia Barbosa de Sousa que ocupa cargo na Câmara Municipal de assistente administrativo ha mais de 30 anos, nas eleições diretas de 1972, foi eleita a Senhora Carmem Palácio Lago, que seria a primeira vereadora da história da Câmara Municipal de Codó, porém não encontramos registro que pudéssemos confirmar a informação.

Na eleição de 2016 foram eleitas duas mulheres no parlamento municipal, a Senhora Maria Paz foi reeleita com 1117 votos e a Senhora Cleane do Edson Cobel Eleita pelo DEM (Partido Democrático) com 708 votos.

Na atual Legislatura (2021-2024) tivemos duas mulheres como vereadora, a Senhora Lêda Maria Torres (DEM) eleita com 1108 votos e a Senhora Célia Dualibe (REDE) com 732 votos, suplente de vereador, a qual assumiu a vereança por apenas três meses, no período de campanhas políticas nacionais.

Historicamente falando a Câmara municipal de Codó é um território desigual para as mulheres, não há registro nos anais da Câmara que em algum momento da história uma mulher tenha assumido algum cargo na mesa diretora da casa legislativa, todas as funções desempenhadas pelas mulheres são subalternas, até o mesmo o cargo de vereadora não pode ser considerado de relevância para as mulheres, na perspectiva do empoderamento feminino, visto que, todas as vezes que uma mulher foi eleita, o exercício do seu mandato estava ligado a uma família ou um grupo político dominante, não tendo nem uma ligação com movimentos de defesa dos direitos das mulheres, ou seja, não há independência política para essa mulher defender a classe feminina.

Atualmente, conforme a folha de pagamento, existem 114 funcionários na Câmara Municipal de Codó, destes, 44 são mulheres que trabalham em várias funções, e uma com cargo eletivo. Na tabela abaixo faremos uma demonstração das 44 funcionárias, levando em consideração o cargo, sexo/gênero, vínculo e vencimento.

<b>Cargo</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Vínculo</b>	<b>Vencimento</b>
Vereadora	01	Eletivo	R\$ 7.596
Chefe de Gabinete	09	Comissionado	R\$ 1.302
Aux. de Secretária	05	Câmara Municipal	R\$ 1.800
Tec. Financeiro	01	Câmara Municipal	R\$ 2.227,50
Assessora Parlamentar	10	Comissionado	R\$ 1.500

Quadro 01. Demonstrativo da quantidade de mulheres, função, vínculo e vencimento na Câmara Municipal, 2023

Assistente Administrativo	03	Câmara Municipal (efetivo)	R\$ 5.114,29
Secretária Parlamentar	10	Comissionado	R\$ 1.302
Zelador(a)	02	Câmara Municipal	R\$ 1.302
Enfermeira	01	Câmara Municipal	R\$ 3.500
Recepcionistas	02	Câmara Municipal	R\$ 1.361
Secretária Geral	01	Câmara Municipal (Contrato)	R\$ 2.500

O quadro demonstra na atualidade o que a história descreve, existe desigualdade de Gênero na Câmara Municipal de Codó. Todavia, vale ressaltar que o ambiente já foi mais hostil às mulheres, nos últimos anos houve uma melhora significativa no aspecto quantitativo.

Nota-se que há quinze mulheres com vínculo com a Câmara Municipal, ou seja, são prestadoras de serviços contratadas, podendo atender as demandas de qualquer vereador, desde que seja no espaço físico do parlamento. Vinte e nove mulheres são comissionadas, que são pessoas contratadas por indicação do vereador, as quais estarão exclusivamente a serviço do mesmo, dentro ou fora do espaço físico da Câmara, ou seja, é cargo por indicação política, conforme a Resolução Nº 01 de 28 de janeiro de 2021, que dispõe sobre a reorganização administrativa da Casa Legislativa, cada vereador tem direito a três indicações para cargos comissionados: secretária de gabinete, chefe de gabinete e assessor parlamentar.

Observa-se ainda que por se tratar de um ambiente político, onde há visibilidade da mídia, não há desigualdade salarial, a função de assessor(a) parlamentar, por exemplo, tem o mesmo salário, independente do sexo masculino ou feminino, podendo variar apenas em relação ao salário materno, que possibilita um aumento de salário, independente do sexo, basta ter filhos. Todavia quando se trata

de igualdade no exercício da função, nota-se que ainda existe diferença, no sentido de que a mulher assessora não tem a mesma visibilidade, respeitabilidade e confiança que tem os homens assessores.

Tratando-se ainda da vivência no ambiente da Câmara Municipal, podemos afirmar que há disparidade em relação de gênero, não se trata apenas de contexto histórico, mas trata-se também, de um contexto cultural, onde o cafezinho tem que ser obrigatoriamente servido por uma mulher, quando isso deixar de ser cultura, não somente em ambiente público, mas também nos ambientes privados, o resultado que teremos certamente será positivo, no sentido de que ainda que tenhamos um número inferior de mulheres em relação aos homens em determinada função, no exercício da mesma a mulher terá visibilidade como os homens tem.

Nota-se a velha prática do clientelismo o qual é definido por Gisele Braga Bastos (2017) como uma prática política baseada em regras informais, caracterizada pela entrega particularista de recursos em que opera a distribuição de bens condicionado ao voto.

A prática do clientelismo é comum no ambiente da Câmara Municipal, todos os vereadores mantem os seus funcionário, secretario parlamentar, assessor parlamentar e chefe de gabinete baseado nesta prática, os demais funcionários, que não tem vínculo político com os vereadores, são mantido por esse mesmo sistema só que pelo presidente da casa.

Ainda sobre o clientelismo, Gisele Braga Bastos (2017) afirme que:

Trata-se de uma relação entre partes marcadas pela assimetria e pela hierarquia nas posições sociais, culturais e/ou econômicas do patrão em relação ao cliente, na qual o recebimento dos bens ou benesses está, intrinsecamente, conectado à contrapartida do apoio político e/ou voto em uma relação de caráter duradouro, que é recorrentemente objeto de monitoramento, de verificação, de barganha e de reiteração pelas partes envolvidas. A entrega do benefício, que pode ser material e/ou imaterial, público e/ou privado, está ligada à confiança recíproca entre o patrão e o cliente, e/ou entre patrões, mediadores (Brokers) e clientes (operando em redes), devendo ser contínuo o apoio político do cliente para com o patrão; sendo, por isso, outro elemento chave da relação clientelista o constante monitoramento. Esse entendimento converge com o que encontramos na maior parte dos estudos recentes sobre o tema na produção científica internacional. (BASTOS, 2017. p. 12)



Vale ressaltar ainda que a prática do clientelismo também dificultou diretamente a pesquisa, pois as mulheres não se sentiram à vontade para falarem suas opiniões sobre o tema, sob o risco de perderem seus proventos, pelo fato de terem ligações econômicas com os vereadores.

Além da suplantação dos direitos das mulheres, podemos elencar também a questão do assédio sexual, que acontece nas dependências da casa legislativa, esta é ainda mais degradante para as mulheres, por se tratar de um crime previsto no Código Penal Brasileiro, incluído pela Lei 10.224/2001 Art. 216-A, a qual afirma que constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função. Pena – detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos.

Segundo o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça (2011) do Senado Federal, o assédio sexual é o ato de constranger alguém, com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função.

O Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça (2011) fala ainda do perigo que é o assédio sexual para as mulheres, mostrando também uma triste estatística, revelando que esta prática criminosa é mais comum do que imaginamos.

O assédio sexual fere a dignidade humana, viola o direito das trabalhadoras à segurança no trabalho e à igualdade de oportunidades, além de prejudicar sua saúde. É alimentado pelo sigilo, que esconde o tamanho real do problema. Segundo estimativa da Organização Internacional do Trabalho (OIT), mais de 50% das trabalhadoras em todo o mundo já sofreram assédio sexual e somente 1% dos casos é denunciado. (PPEGR, 2011. p. 17).

A estatística da OIT (Organização Internacional do Trabalho) é alarmante, são mais de cinquenta por cento, ou seja, de cada cem mulheres, mais de cinquenta já foram assediadas no seu local de trabalho. Todavia, o mais danoso é que apenas um por cento é denunciado, sendo assim, de cada cem caso de assédio sexual, noventa e nove ficam em sigilo, apenas entre a mulher e o abusador.

As análises são assustadoras, mas refletem a realidade, e na Câmara Municipal não é diferente, onde mulheres também são assediadas. Infelizmente por

motivo já discutido nesta pesquisa, o sigilo permanece sendo noventa e nove por cento.

Existe relatos de ex-funcionárias da casa legislativa que descrevem caso de abusos e importunação sexual, por parte de um dos edis da casa, que sob ameaças de perderem seu emprego, se ver obrigada a suportar tal situação. Essa informação foi obtida em conversas com algumas mulheres sobre o tema da pesquisa. Uma destas mulheres com quem tive contato é amiga pessoal da mulher abusada, mas se recusou a me apresentar para uma possível tentativa de diálogo.

Neste período de quase três anos como funcionário da Câmara Municipal de Codó, observamos algumas ações de abusos contra as mulheres, muitas delas em forma de brincadeiras, porem um caso nos chamou atenção. Uma repórter funcionária da casa chamou um dos vereadores para lhe conceder uma entrevista, a resposta do vereador foi: “eu faço o que você quiser, o dia e a hora que você quiser, a posição quem vai escolher também é você”.

Percebe-se que a resposta de cunho sexual do vereador para a repórter, que naturalmente ficou em uma situação delicada, mais não deu nem uma resposta, vale ressaltar que o episódio supracitado aconteceu em local onde tinha aproximadamente vinte ou trinta pessoas, e todos riam e aplaudiam o agressor pela sua virilidade.

Assim como o agressor comete crime, os que presenciam tais coisas e não denuncia também comete crime de omissão, o Código Penal Brasileiro no art. 13, § 2º, diz que a omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado, e é definido como crime omissivo próprios, os quais são aqueles que com a simples conduta negativa do sujeito, independentemente da produção de qualquer consequência posterior, ou seja, aqueles que presenciam o abuso e não denunciam estão cometendo crime por omissão.

Através deste relato, podemos perceber o que as mulheres funcionárias da Câmara Municipal de Codó sofrem diariamente para manter seus empregos, vale ressaltar mais uma vez, que os relatos são fruto das observações de pouco mais de dois anos como funcionário do Parlamento Municipal, e que por ter um ciclo de amizade com algumas dessas mulheres o que facilitou o acesso a essas informações.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa nos trouxe muitas reflexões. Uma delas é que precisamos lutar pela igualdade de gênero, sinto-me realizado como pesquisador, ao mesmo tempo como homem, sinto a obrigação de lutar pelas causas das mulheres.

Não tem sido fácil para as mulheres conquistar seu espaço em uma sociedade culturalmente machista, o Iluminismo juntamente com a Revolução Francesa contribuiu consideravelmente para o reconhecimento de uma batalha que perdura até hoje, pois as mulheres começaram a se organizar em grupos ou clubes para reivindicarem seus direitos, e alcançarem suas conquistas.

Na Câmara Municipal de Codó, na perspectiva do empoderamento feminino, houve pouco avanço. Ao olhar de fora parece que está tudo normal, e que as mulheres têm conquistado seus espaços, todavia, quando vamos fazer uma análise mais profunda da participação das mulheres no ambiente do parlamento municipal, percebemos que quase não houve avanço, no sentido de as mulheres terem sua autonomia de lutar pelos seus direitos, de forma especial no campo da política.

Podemos perceber, baseado em um contexto histórico, que as mulheres foram cerceadas dos seus direitos no parlamento municipal. A constatação de que das dez mulheres que conseguiram cargo eletivo em toda a história da Câmara Municipal, necessariamente não se traduz em poder feminino, pois representaram tradição oligárquica. Isto se agrava quando registramos que uma delas foi esquecida, pois não encontramos documentos nos anais da casa, exceto, registros orais de funcionários mais antigos.

Esses mesmo funcionários, também nos relataram casos horríveis de abusos contra as mulheres, todavia, é muito difícil o contato, e torna-se praticamente impossível, quando elas sabem que se trata de uma pesquisa. Porém precisamos entender que as mulheres que atualmente trabalham na Câmara, vivem debaixo do jugo do clientelismo e por isso não denunciam, as que já não são funcionária do parlamento municipal, também não denunciam por que temem represália. E a lei do silêncio continua imperando na Câmara Municipal de Codó.

## REFERÊNCIAS:

- BASTOS, Gisele Braga. **O clientelismo político e o joio e o trigo da política municipal/** Gisele Braga Bastos, 2017, 120 p. Universidade Federal de Juiz de Fora MG, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, 2017.
- BAYLÃO. André Luís da Silva. SCHETTINO. Elisa Mara Oliveira **A Inserção da Mulher no Mercado de Trabalho Brasileiro** 2014. XI Simpósio de Gestão em Tecnologia. Tema: Gestão do conhecimento para sociedade.
- BERTH, Joice **Empoderamento** / Joice Berth. - São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 184 p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro)
- BRASIL. **Lei n 10.224 Assédio Sexual 15 de maio 2001** Art.224-A
- SILVA. Bruna Camilo de Souza Lima e. **Patriarcado e Teoria Política Feminista: possibilidades na ciência política.** UFMG 2019.
- DANTE. Fernanda Clemilda Santos de Oliveira. **As mulheres na Revolução Francesa.** s.d. Fernanda Clemilda Santos de Oliveira Dante. Centro Universitário Leonardo da Vinci-UNIASSELVI
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo, EPU, 1986.
- PRIORE, Mary Del (1989). **No século das Luzes, mulheres à sombra... — A condição feminina e a Revolução Francesa.** Ministério da Justiça. Arquivo Nacional. 01/1989. p. 89
- MARQUES. Melanie Cavalcante. **A GÊNESE DO MOVIMENTO FEMINISTA E SUA TRAJETORIA NO BRASIL (2018)**
- MORIN. Tania Machado. **Práticas e Representações das Mulheres na Revolução Francesa – 1789-1795.** São Paulo, 2009.
- PROGRAMA PRÓ EQUIDADE DE GÊNERO E RAÇA. - **Assédio Moral e Sexual** Senado Federal 2011.
- PICIULA. Laura Neves, PAVARINA. Antenor Ferreira, MORONG. Fábio Ferreira. **Aspecto financeiro diante da violência doméstica: como fator de risco e característica emancipadora da mulher.** Unoeste 2022
- SANTOS, Charliane do Vale. **Mulher e Política: participação feminina na Câmara de vereadores de Codó** 2017. [Monografia apresentada como critério de aprovação do Curso de Ciências Humanas da Universidade federal do Maranhão UFAMA
- SOUSA, Itamar de, **A MULHER E A REVOLUÇÃO FRANCESA: participação e frustração** 2003.

SOARES, Vera. **Movimento de mulheres e feminismo: evolução e novas tendências.** IN: Revista Estudos feministas. Rio de Janeiro, 1994.

SILVEIRA, Denise Tolfo, PEIXOTO, Fernanda Córdova Universidade Federal do Rio Grande do Sul: **Métodos de Pesquisa, A Pesquisa Científica.**

TEIXEIRA. Marcella Barbosa Miranda. **Gênero e Feminismos: conceitos e perspectivas. Caderno Espaço Feminino. Uberlândia MG**

TELES, Maria de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil/** Maria de Almeida Teles São Paulo-1999 (Coleção tudo é história)

TELES, Maria de Almeida. **O protagonismo de mulheres na luta contra a ditadura militar.** 2014

### OUTRAS FONTES

BRASIL DE DIREITOS. **As conquistas do movimento feminista brasileiro.** Disponível em <https://brasildedireitos.org.br>. Acesso 18-07-2023

ESQUERDA DIÁRIO. **A Questão da mulher nas fábricas - trabalhadores industriais debatem o machismo e a força das mulheres.** Disponível em <https://www.esquerdadiario.com.br>. Acessado em 10 julho de 2023.

G1 GLOBO. **Participação de mulheres no mercado de trabalho tem 5º ano de alta, mas remuneração segue menor que dos homens, diz IBGE.** Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia>. Acesso em 12/07/2023

GRUPO MULHERES DO BRASIL. **A conquista do voto feminino no Brasil** Disponível em: <https://www.grupomulheresdobrasil.org.br>. Acesso em 13 de junho de 2023

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA. **Mulheres batem recordes de participação na política brasileira.** Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/>. Acesso em 13 de junho de 2023

PODER 360. **Mulheres batem recordes de participação na política brasileira.** Disponível em: <https://www.poder360.com.br> Acesso em 12 de julho de 2023

PODER 360. **Mulheres perderam mais empregos na pandemia, diz IBGE** Disponível em: <https://www.poder360.com.br> Acesso em 12 de julho de 2023

UCS DIGITAL. **Empoderamento: significado, benefício e surgimento** <https://ead.ucs.br/blog/empoderamento>. Acesso 10 de junho de 2023

UPDATE. **Conheça a história das mulheres que garantiram os nossos direitos.** Disponível em: <https://www.institutoupdate.org.br/> acesso em 09 de junho de 2023

---